

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO**  
**CHRISTIANO LACERDA GHUERREN**

**VOTO GCS-3**

**PROCESSO:** TCE-RJ nº 222.519-5/22  
**ORIGEM:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
**ASSUNTO:** REPRESENTAÇÃO  
**INTERESSADO:** SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO (SGE)

REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELA SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO DESTES TRIBUNAL COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2022. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOKS/CHROMEBOOK E IMPRESSORAS PARA UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DA GESTÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. CONHECIMENTO. CONFIRMAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA. PROCEDÊNCIA PARCIAL QUANTO AO MÉRITO. COMUNICAÇÃO.

Cuidam os autos de Representação, com pedido de Medida Cautelar, formulada pela Secretaria Geral de Controle Externo - SGE, na forma do art. 9º, V, da Deliberação TCE-RJ nº 266/16 c/c art. 84-A, § 9º, do Regimento Interno deste Tribunal, em virtude de fundado receio de grave lesão ao erário decorrente de irregularidades cometidas pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes na elaboração do Edital de Pregão Eletrônico nº 012/2022 (processo administrativo 2022.205.000101-4-PR), cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de computadores, notebooks/Chromebook e impressoras para atender à ação estratégica de inserção tecnológica digital das unidades escolares da rede

municipal de ensino e da gestão pedagógica e administrativa da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, no valor total estimado de R\$26.708.791,75 (vinte e seis milhões, setecentos e oito mil, setecentos e noventa e um reais e setenta e cinco centavos), com data de realização do certame inicialmente agendada para o dia 04/07/2022, tendo sido suspenso *sine die* por determinação desta Corte de Contas.

Trata-se da **2ª (segunda) submissão** da Representação em exame à apreciação desta E. Corte de Contas. Em 04/07/2022 proferi decisão Monocrática do seguinte teor:

*I- Pelo **DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA** pleiteada, determinando-se ao atual Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes que suspenda o procedimento licitatório conduzido nos autos do Pregão Eletrônico nº 012/2022 (processo administrativo 2022.205.000101-4-PR) no estado em que se encontra, abstendo-se de adjudicar o objeto, homologar o resultado ou celebrar o contrato decorrente;*

*II - Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, com base no art. 26, §1º do Regimento Interno desta Corte, para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se acerca de todas as impropriedades veiculadas por meio desta Representação, sem prejuízo de, voluntariamente e em idêntico prazo, revisar o instrumento convocatório para que contenha informações referentes aos seguintes pontos:*

*II.1 A aquisição está inserida em qual programa executado pela Secretaria de Educação?*

*II.2 Quais ações serão implementadas visando ressaltar a qualidade do ensino e o bem-estar dos alunos e que estratégias que serão adotadas? Tais iniciativas já estão previstas em um Estudo Técnico Preliminar à formulação do Edital PE nº 012/2022?*

*II.3 Quais, como e onde serão utilizados os equipamentos?*

*II.4 Os 234 (duzentos e trinta e quatro) estabelecimentos de ensino serão beneficiados com as entregas e instalações dos equipamentos? Caso somente alguns sejam beneficiados, quais os critérios para definição de quais estabelecimentos receberão os equipamentos? Seus beneficiários serão alunos ou o corpo docente?*

*II.5 Será necessária a utilização de internet para aproveitamento total dos equipamentos adquiridos?*

*II.6 As unidades de ensino identificadas com carência parcial (com internet/sem banda larga) ou total (sem internet) terão condições de receber os equipamentos? Caso negativo, existe previsão de instalação de internet para essas unidades de ensino?*

*III - Pela **REMESSA** dos autos à SGE, para que impulse o feito e adote as demais providências cabíveis.*

Em resposta, o jurisdicionado ingressou com os elementos pertinentes, que constituíram o documento eletrônico TCE-RJ nº 15.019-8/2022 de 20/07/2022.

Em sua reanálise técnica, a Coordenadoria de Auditoria de Políticas em Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia assim se manifesta, em conclusão, por meio da instrução constante da peça eletrônica “30/08/2022 – Informação CAD-EDUCAÇÃO”:

#### **DA CONCLUSÃO**

*Face o exposto, e considerando ter havido o **CONHECIMENTO** desta Representação na Sessão Plenária de 04/07/2022, que deferiu a tutela provisória, sugere-se:*

*1. a **PROCEDÊNCIA PARCIAL** da Representação, considerando a abordagem efetuada nesta análise;*

*2. a **COMUNICAÇÃO** ao **Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes** para que cumpra as seguintes **DETERMINAÇÕES**:*

- a) Adeque o número de impressoras a serem adquiridas para 15 (quinze) unidades, a fim de se coadunar com a previsão trazida no Estudo Técnico Preliminar. Nesse ponto, deverão ser alterados: o Anexo I – Proposta Comercial, o Anexo IV – Termo de Referência e todos os demais documentos que façam menção ao referido quantitativo;*
- b) Dê maior detalhamento ao Termo de Referência, trazendo na justificativa menção ao programa que se está executando com a aquisição (PAE), além de breve síntese quanto ao seu conteúdo;*
- c) Ainda sobre a necessidade de detalhamento do TR, que haja a menção de que todas as unidades escolares serão atendidas, bem como que traga os destinatários dos equipamentos, com o respectivo quantitativo, tal como previsto no Estudo Técnico Preliminar;*
- d) Atualize a página oficial do município com **todas** as informações do certame, em atendimento à Lei de Acesso à Informação, notadamente seu art. 8º, §1º, IV e §2º;*
- e) Atualize o SIGFIS deste Tribunal com a documentação pertinente ao trâmite licitatório.*

*3. findas as providências supra, o **ARQUIVAMENTO** destes autos, sendo certo que outros pontos, inclusive quanto à legalidade, à economicidade e à execução, poderão ser abordados, oportunamente, em auditorias ou outras ações inerentes à fiscalização que compete a este Tribunal.*

O douto Ministério Público Especial junto ao TCE-RJ, representado pelo Procurador-Geral Henrique Cunha de Lima, manifesta-se pela Manutenção da Tutela Provisória, Sobrestamento da análise de mérito da Representação e Diligência Interna, por meio do parecer constante da peça eletrônica “28/09/2022 – Informação GPG”.

### **É o Relatório.**

Inicialmente, registro que atuo nestes autos em virtude de convocação promovida pela Presidência desta Egrégia Corte de Contas, em Sessão Plenária de 17/04/2018.

Após detido exame dos autos, consigno que estão presentes os requisitos de admissibilidade para o conhecimento da presente Representação, considerando a prerrogativa estabelecida pelo inc. V do art. 9º da Deliberação TCE-RJ nº 266/16 que atribuiu ao Secretário Geral de Controle Externo a possibilidade de representar quanto a irregularidades verificadas em decorrência de fiscalizações e auditorias.

Passando-se ao mérito, verifico que o jurisdicionado apresentou as devidas justificativas para os questionamentos abordados nesta Representação, entretanto ficou demonstrada a existência de inadequações no Termo de Referência ao Edital em apreço que poderiam acarretar o desperdício de recursos públicos, razão pela qual alinho-me à conclusão das instâncias instrutivas no sentido de que procede parcialmente a presente Representação quanto ao mérito.

Em prosseguimento, observo que, em resposta à decisão Monocrática de 04/07/2022, houve o atendimento parcial às determinações expedidas por esta Corte de Contas, persistindo a necessidade de readequação do Termo de Referência para que o seu quantitativo seja condizente com aquele previsto no Estudo Técnico Preliminar.

Contudo, entendo que as providências a serem determinadas ao atual Prefeito Municipal de Campos dos Goytacazes **devem ser objeto de comprovação**

junto a este Tribunal previamente ao arquivamento dos autos, tendo em vista o prejuízo à economicidade do certame licitatório, a demandar imediata atuação desta Corte de Contas.

*Ex positis*, posiciono-me **PARCIALMENTE DE ACORDO** com o corpo instrutivo e em **DESACORDO** com o Ministério Público Especial, **residindo minha parcial divergência na sugestão de arquivamento dos autos, sem necessidade de comprovação junto ao Tribunal das providências corretivas indicadas e,**

**VOTO:**

I – Pelo **CONHECIMENTO** desta Representação, uma vez que estão presentes os requisitos necessários à sua admissibilidade;

II – Pela **PROCEDÊNCIA PARCIAL** da presente Representação quanto ao mérito;

III – Pela **CONFIRMAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA** concedida por meio da Decisão Monocrática de 04/07/2022;

IV – Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, com base no artigo 26, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, para que cumpra as seguintes **DETERMINAÇÕES, no prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da ciência desta decisão, **comprovando junto a esta Corte de Contas:**

1) Adeque o número de impressoras a serem adquiridas para 15 (quinze) unidades, a fim de se coadunar com a previsão trazida no Estudo Técnico Preliminar. Nesse ponto, deverão ser alterados: o Anexo I – Proposta Comercial, o Anexo IV – Termo de Referência e todos os demais documentos que façam menção ao referido quantitativo;

2) Dê maior detalhamento ao Termo de Referência, trazendo na justificativa menção ao programa que se está executando com a aquisição (PAE), além de breve síntese quanto ao seu conteúdo;

3) Ainda sobre a necessidade de detalhamento do TR, que haja a menção de que todas as unidades escolares serão atendidas, bem como que traga

os destinatários dos equipamentos, com o respectivo quantitativo, tal como previsto no Estudo Técnico Preliminar;

4) Atualize a página oficial do Município com todas as informações do certame, em atendimento à Lei de Acesso à Informação, notadamente seu art. 8º, §1º, IV e §2º; e

5) Atualize o SIGFIS deste Tribunal com a documentação pertinente ao trâmite licitatório.

GCS-3,

**CHRISTIANO LACERDA GHUERREN**  
**Conselheiro Substituto**